

Ipea contesta dados da OIT sobre pobreza

Eliane Azevedo
dó Rio

Se o mercado de trabalho no Brasil ficasse livre de problemas como desemprego, sub-remuneração e discriminação, o impacto sobre a pobreza seria pouco significativo — equivaleria ao resultado de um programa distributivo que colocasse o País no mesmo patamar de concentração de renda do México ou Honduras. A conclusão está num estudo recém publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em contraponto às preocupações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seu Relatório Sobre Emprego no Mundo, divulgado anteontem em Genebra.

“Há uma associação natural entre o mau funcionamento do mercado de trabalho e a pobreza, mas isso não é necessariamente verdade”, sintetiza um dos autores do estudo do Ipea, Carlos Henrique Corseuil. O trabalho é assinado ainda por Ricardo Paes de Barros, diretor da área de Estudos Sociais do instituto, e pelo pesquisador Phillippe G. Leite. Eles quiseram investigar o quanto essa teoria altamente difundida era factível. Através de algumas simulações, injetaram uma renda imaginária no bolso das famílias trabalhadoras brasileiras — e a redução no índice de pobreza foi de dois a três pontos percentuais.

Os pesquisadores fizeram exercícios com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizando três possibilidades sobre a linha de pobreza: R\$ 25, R\$ 50 e R\$ 75 de renda familiar per capita. Além da

proporção percentual de pobres em cada um desses limites, eles usaram um indicador considerado mais preciso, o hiato médio de renda, que aponta não apenas a quantidade, mas a intensidade da pobreza, ou seja, se os pobres ficaram mais pobres. A primeira tarefa foi eliminar a segmentação setorial (diferença entre pessoas que, estando no mesmo grupo de idade, sexo e cor, têm remunerações diversas de acordo com o ramo de trabalho). “Fizemos uma média de renda para cada variável, como se os diferentes setores pagassem da mesma forma, por exemplo, uma mulher negra de 30 anos”, explica. Levando-se todos os trabalhadores para essa média, a pobreza cairia 0,2 ponto percentual, na faixa de R\$ 50 de renda per capita.

Depois de vários exercícios, os pesquisadores compararam, então, o impacto da correção das falhas no mercado de trabalho sobre a pobreza com outras iniciativas. O combate à pobreza via educação seria mais eficiente do que pelo mercado. Um acréscimo de três anos de educação traria redução entre dois e três pontos percentuais na pobreza. Com mais cinco anos, o resultado é melhor: 3,7 pontos. Eliminando o analfabetismo, a pobreza cairia 0,1 ponto percentual — mas a conclusão do ensino médio faria o hiato cair em 3,8 pontos. O crescimento econômico sem distribuição de renda é o menos eficaz no combate à pobreza: seria necessário um aumento no PIB de 30% para chegar nos níveis modestos atingidos via correção do mercado de trabalho.

Exercício

Impacto da eliminação de distorções do mercado de trabalho sobre a pobreza (*)

	Proporção de pobres (%)	Hiato médio de renda** (%)
Nível de pobreza (PNAD 1995)	28,2	12,1
Eliminação da segmentação setorial	26,6	11,9
Eliminação do desemprego e segmentação setorial	24,0	10,2
Eliminação do desemprego e segmentações setorial e regional	22,5	9,1
Eliminação do desemprego, segmentações setorial e regional e discriminação	23,3	9,6

Fonte: Ipea - Simulação de valores com todos os trabalhadores na mesma média de renda:
* linha de pobreza de R\$ 50 de renda familiar per capita **quantidade e intensidade da pobreza